PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

RELATÓRIO DE AUDITORIA

Dados Gerais	
Nº do Processo	PROAD TRT7 nº. 4329/2017
Nº da Ordem de Serviço	TRT7.SCI.SCGOF Nº 10/2017
Objeto da Auditoria	Verificar a execução orçamentária e financeira deste Tribunal, referente ao período acumulado até julho de 2017.
Unidade Auditada	Diretoria Geral
Seção Responsável pela Auditoria	Seção de Controle de Gestão Orçamentária e Financeira - SCGOF

1. Introdução:

1.1. O Relatório em epígrafe apresenta os resultados da ação de controle de auditoria realizada, em cumprimento ao contido na Ordem de Serviço nº. 10/2017, com o objetivo de verificar a execução orçamentária e financeira deste Tribunal, referente ao período acumulado até julho de 2017, extraída do SIAFI Operacional e do Tesouro Gerencial, bem como da tabela produzida pela Divisão de Contabilidade e disponibilizada para publicação no *link* abaixo, em conformidade com a ação 10.3.6, contida no Anexo I do PAA/2017: *http://www.trt7.jus.br/files/transparencia/anexoII_res102_cnj/2017/anexoii_2017_julho.ods*.

1.2. Os trabalhos foram conduzidos em estrita observância às normas de auditoria aplicáveis ao Serviço Público Federal, não tendo sido imposta qualquer restrição a sua realização.

2. Escopo:

Trata-se de Auditoria com o objetivo de verificar a execução orçamentária e financeira realizada à conta dos recursos consignados a este Tribunal no exercício de 2017 oriundos do orçamento da União, Lei nº 13.414, de 10/1/2017, bem como de provisões e de destaques, conforme previsão no Plano Anual de Auditoria (PAA/2017).

O exame de conformidade contemplou a avaliação dos resultados quantitativos e qualitativos da gestão, em especial quanto ao cumprimento da execução física e financeira das ações, identificando as causas de insucessos no desempenho da gestão.

3. Resultados dos exames:

3.1 Os exames realizados resultaram na identificação das constatações listadas no título "Informações e Constatações" neste Relatório de Auditoria, juntamente com as respectivas recomendações corretivas e prazos estabelecidos para a adoção de providências.

3.2. Durante os procedimentos de auditoria os fatos apurados, sujeitos a registros em relatório, foram levados ao conhecimento da unidade auditada, por meio do Despacho TRT7.SCI GAB Nº 72/2017 (Doc. nº 9 – PROAD), para manifestação prévia, com o fito de agregar à análise elementos que possam alterar as conclusões/constatações ou justificar a prática dos atos ou fatos apontados. A manifestação colhida pela Diretoria Geral junto às unidades envolvidas integra o presente relatório.

II. INFORMAÇÕES E CONSTATAÇÕES DE AUDITORIA

Assunto: Análise dos créditos orçamentários iniciais disponibilizados na Lei Orçamentária Anual (LOA) e respectivos programas de trabalho

Dados da Constatação

Nº. 01

Análise dos créditos orçamentários iniciais disponibilizados na LOA e respectivos programas de trabalho x Execução Orçamentária

Identificação das ações orçamentárias contempladas na Lei Orçamentária Anual e avaliação da suficiência dos créditos iniciais para atender à necessidade do TRT 7ª Região no exercício de 2017.

Fato:

A Lei nº. 13.414, de 10/1/2017 – Lei Orçamentária Anual (LOA) para 2017[1] – disponibilizou para este Tribunal uma dotação inicial no valor de R$357.025.439,00, vinculando-a ao programa 0089 – Previdência de Inativos e Pensionistas da União e ao programa 0571 – Prestação Jurisdicional Trabalhista, nas seguintes ações orçamentárias:

Quadro 1: Dotação inicial (LOA)

Programa/Ação	Valor R$
Previdência de Inativos e Pensionistas da União	**75.134.000,00**
Pagamento de Aposentadorias e Pensões	75.134.000,00
Prestação Jurisdicional Trabalhista	**281.891.439,00**
Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	34.731.338,00
Assistência Jurídica a Pessoas Carentes	1.200.000,00
Pagamento de Pessoal Ativo da União	190.060.563,00
Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade	193.656,00
Assistência Pré-escolar aos Dependentes	1.979.568,00

[1] Os recursos destinados a esta corte encontram-se discriminados no Volume III – Detalhamento dos Créditos Orçamentários, páginas 108, 127 e 128, da LOA-2017, disponível para consulta no endereço eletrônico: http://www.camara.leg.br/internet/comissao/index/mista/orca/orcamento/OR2017/red_final/Volume_III.pdf.

Auxílio-Transporte aos Servidores Civis	46.524,00
Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis	11.074.752,00
Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis	7.727.100,00
Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos	52.533,00
Comunicação e Divulgação Institucional	435.360,00
Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho no Estado do Ceará	30.678.552,00
T O T A L	**357.025.439,00**

A permanência da maioria dos programas/ações/atividades de 2015 a 2017 permitiu a comparação do orçamento disponibilizado pela LOA entre os exercícios financeiros, conforme quadro abaixo:

Quadro 2: Dotação inicial no período 2015/2017

Programa/Ação/Atividade	2015	2016	2017	% 2017 em relação 2016
Previdência de Inativos e Pensionistas da União	**67.110.000,00**	**79.810.000,00**	**75.134.000,00**	-5,86%
Pagamento de Aposentadorias e Pensões	67.110.000,00	79.810.000,00	75.134.000,00	-5,86%
Prestação Jurisdicional Trabalhista	**251.010.182,00**	**282.586.545,00**	**281.891.439,00**	-0,25%
Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	31.850.000,00	37.463.137,00	34.731.338,00	-7,29%
Assistência Jurídica a Pessoas Carentes	684.000,00	850.000,00	1.200.000,00	41,18%
Pagamento de Pessoal Ativo da União	170.230.479,00	201.612.524,00	190.060.563,00	-5,73%
Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade	193.656,00	193.656,00	193.656,00	0,00%
Assistência Pré-escolar aos Dependentes	1.524.000,00	1.651.032,00	1.979.568,00	19,90%
Auxílio-Transporte aos Servidores Civis	42.000,00	42.000,00	46.524,00	10,77%
Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis	9.475.200,00	10.038.636,00	11.074.752,00	10,32%
Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis	7.337.520,00	7.236.900,00	7.727.100,00	6,77%
Comunicação e Divulgação Institucional	435.360,00	435.360,00	342.611,00	-21,30%
Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos	0,00	3.971.914,00*	3.856.775,00	-2,9%
Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho no Estado do Ceará	28.737.967,00	23.010.767,00	30.678.552,00	33,32%
T O T A L	**318.120.182,00**	**362.396.545,00**	**357.025.439,00**	**-1,48%**

*Cumpre consignar, no que tange à Ação "Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos", que, em 2016, do valor total autorizado de R$3.971.914,00, R$52.533,00 foi contemplado na LOA e o restante (R$3.919.381,00) foi recebido mediante abertura de crédito extraordinário. Em 2017, essa ação foi consignada na LOA com dotação inicial de R$3.856.775,00. Assim, a variação percentual do orçamento de 2017 em relação ao exercício anterior passa a ser de -2,9%.

Conforme demonstrado no quadro acima, percebe-se que, de 2016 a 2017, houve uma redução de 1,48% (um vírgula quarenta e oito por cento) do orçamento total disponibilizado, com maior relevância para os créditos destinados às ações Pagamento de Pessoal Ativo da União (-5,73%), Pagamento de Aposentadorias e Pensões (-5,86%), Contribuição da União para o RPPS e Pagamento de Pessoal Ativo da União (-7,29) e Comunicação e Divulgação Institucional (-

21,30%).

A ação "Benefícios Assistenciais Decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade" foi contemplada com o mesmo valor do orçamento dos exercícios de 2015 e 2017. Os programas assistenciais (Assistência Médica e Odontológica, Auxílio-Alimentação, Auxílio-Transporte e Assistência Pré-escolar), por sua vez, receberam incremento orçamentário.

Observou-se, também, quanto à ação "Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho", um aumento da dotação orçamentária de 33,32% em relação ao exercício anterior. Esse incremento no valor da dotação inicial foi ligeiramente superior aos valores iniciais disponibilizados para o exercício de 2015.

Desde 2014 a Atividade Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho vem sendo segregada em quatro Planos Orçamentários: PO1 – Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho no Estado do Ceará, PO2 – Capacitação de Recursos Humanos, PO5 – Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, cujos recursos foram disponibilizados pela LOA, conforme demonstrado abaixo, e PO6 – Programa Trabalho Seguro. A partir de 2016, foi inserido novo plano orçamentário, PO7 – Combate ao Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem. Os recursos referentes aos dois últimos planos orçamentários (PO6 e PO7) foram recebidos mediante provisão e estão detalhados no quadro 5.

Quadro 3: Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho – dotação inicial do período 2015/2017

Ação/Plano Orçamentário		2015	2016	2017
Código	**Descrição**			
4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho (PO1)	26.828.892,00	21.909.690,00	29.454.944,00
	Capacitação de Recursos Humanos da Justiça do Trabalho (PO2)	1.356.075,00	782.129,00	734.165,00
	Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (PO5)	553.000,00	318.948,00	489.443,00
	T O T A L	**28.737.967,00**	**23.010.767,00**	**30.678.552,00**

Em março, foram abertos créditos adicionais, do tipo suplementar, contemplando a ação Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho (PO 01), destinados à realização de despesas de capital, tendo como origem o cancelamento de dotação destinada à realização de despesas correntes da mesma ação, conforme Ato Conjunto CSJT/TST nº 62, de 27 de março de 2017 (publicado no DOU em 28/3/17).

Quadro 4: Movimentação orçamentária

Ação/Plano Orçamentário		Fonte	GND	Redução	Valor
Código	**Descrição**			**Acréscimo**	
4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho (PO1)	181	3	Redução	675.000,00
		181	4	Acréscimo	675.000,00

Jurisdicional Trabalhista e 0901 – Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais, no montante de R$3.693.417,00, distribuídos nas seguintes ações:

Quadro 5: Provisões recebidas

Programa/Ação	Valor R$
Prestação Jurisdicional Trabalhista	**2.862.217,00**
Manutenção do Sistema Nacional de Tecnologia da Informação	1.394.122,99
Apreciação Causas na Justiça do Trabalho – Programa Trabalho Seguro (PO6)	20.000,00
Apreciação Causas na Justiça do Trabalho – Combate ao Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem (PO7)	10.000,00
Modernização das Instalações Físicas da Justiça do Trabalho	1.070.687,06
Desenvolvimento e Implantação do Sistema Integrado	367.406,95
Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	**831.200,00**
Cumprimento de Sentença Judicial Transitado em Julgado (RPV)	831.200,00
T O T A L	**3.693.417,00**

Foram recebidos recursos, mediante provisão[2], vinculados aos Programas 0571 – Prestação Jurisdicional Trabalhista (R$122.963,43[3], em abril e R$29.500,01[4], em maio/2016) e 0901 – Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais (R$43,00[5], em abril/2016), no montante de R$152.506,44, distribuídos nas seguintes ações:

Programa/Ação	Valor R$
Prestação Jurisdicional Trabalhista	
Manutenção do Sistema Nacional de Tecnologia da Informação	152.463,44
Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	
Cumprimento de Sentença Judicial Transitado em Julgado (RPV)	43,00
T O T A L	**152.506,44**

Foram recebidos, mediante destaque, em janeiro/ 2017, créditos no valor de R$4.613.171,00 para atender ao Programa 0901 – Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais, a saber:

Quadro 6: Destaques recebidos

Ação	Valor R$
Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado – Precatório DNOCS	4.205.692,00
Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado – Precatório INSS	67.751,00
Encargos Financeiros da União – Precatório	339.728,00
T O T A L	**4.613.171,00**

Execução dos recursos disponibilizados

Ante ao exposto, analisamos a execução orçamentária realizada com os recursos disponibilizados para este TRT, elegendo a despesa liquidada, utilizada para elaboração dos relatórios de gestão fiscal (RGF) e para a confecção dos anexos I e II da Resolução CNJ 102/2009, como base para verificação da conformidade de sua aplicação.

Conforme disposto no Plano Anual de Auditoria de 2017 *"As ações de órgãos e unidades de*

controle interno devem (...) levar em consideração o planejamento estratégico e operacional do órgão de modo a contribuir efetivamente para o alcance de resultados, mediante avaliação da eficiência, eficácia e efetividade na gestão dos recursos públicos".

Nessa linha, contemplou-se neste trabalho a execução das diversas ações disponibilizadas, segregando-as em dois blocos, o primeiro alinhado ao Indicador nº 2 do Planejamento Estratégico Institucional (PEI) do TRT da 7ª Região para o período 2015-2020, denominado Índice de Execução do Orçamento Disponibilizado (IEOD), e o segundo com programas não alcançados pelo referido índice.

No que tange ao Índice de Execução do Orçamento Disponibilizado (IEOD), em consulta ao PEI desta Corte, no link disponível em *http://www.trt7.jus.br/pe/files/PEI_TRT7_2015_2020_v_2_2017.pdf*, verificou-se que a Meta 2 é de aumentar o IEOD, em relação à média de 2011, 2012 e 2013, em 4 (quatro) pontos percentuais para o ano de 2017, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Quadro 7: Meta IEOD

Exercício	2015	2016	2017	2018	2019	2020
% Execução	1 pp	2 pp	**4 pp**	6 pp	8 pp	10 pp

Destarte, a média dos exercícios de 2011 a 2013 a ser considerada como referência para a meta, consoante disposto na publicação do PEI 2015 – 2020, é de 64,99%, portanto, a meta para o IEOD, é de finalizar a execução, em 2017, com 68,99% (64,99% + 4%). Para essa meta, a execução ótima, no período de janeiro a julho, corresponderia a 40,24% (=68,99*7/12).

Quadro 8: Despesa realizada IEOD

Descrição do Programa/Ação		Dotação Autorizada (a)	Empenhado (b)	Liquidado (c)	% (c/a)
Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	PO 0001 Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	29.454.944,00	20.411.911,43	8.957.182,26	30,41
	PO 0002 Capacitação de Recursos Humanos	734.165,00	453.174,78	327.402,70	44,60
	PO 0005 Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados	489.443,00	241.241,89	113.451,61	23,18
Comunicação e Divulgação Institucional		342.611,00	17.870,42	17.870,42	5,22
Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos		3.856.775,00	3.856.775,00	2.328.952,36	60,39
Assistência Jurídica a Pessoas Carentes		1.200.000,00	1.199.101,85	1.199.101,85	99,93
T O T A L		**36.077.938,00**	**26.180.075,37**	**12.943.961,20**	**35,88**

Verificou-se que a execução orçamentária acumulada no período para as ações contempladas no cálculo do IEOD, detalhadas no quadro retro, cuja média representou **35,88%** dos recursos autorizados, correspondente a 4,36 pontos percentuais inferiores à execução orçamentária projetada para o período (40,24%). Em outras palavras, foram liquidadas despesas equivalentes a 89,16% da meta prevista (35,88% de 40,24%).

Contudo, merece atenção o plano orçamentário "Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados" que apresentou execução de **23,18%**, portanto, inferior à prevista, bem como o programa "Comunicação e Divulgação Institucional" com percentual de execução de **5,22%.** Importante destacar, que este último programa vem apresentando uma queda de desempenho ao longo dos exercícios anteriores. No período de janeiro a julho de 2015, o percentual de despesa realizada foi de 48,93%. Em 2016, houve uma redução para 34,69% do percentual de liquidação no período. Em dezembro de 2015 e de 2016, os percentuais de despesa realizada foram de 87,13% e 65,86%, respectivamente.

Ao revés, verificou-se que no programa de trabalho "Assistência Jurídica a Pessoas Carentes" foram liquidados **99,93%** da dotação autorizada, portanto, significativamente acima do percentual esperado.

O segundo bloco de ações não alcançado pelo índice IEOD apresentou os seguintes números na execução, ressaltando que o percentual ótimo de execução deverá ser adjacente a 58,33%, fração de 7/12, correspondente ao período de janeiro a julho/2017:

Quadro 9: Despesa realizada dos programas não alcançados pelo IEOD

Descrição do Programa/Ação	Dotação Autorizada (a)	Empenhado (b)	Liquidado (c)	% (c/a)
Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade	193.656,00	139.957,20	131.413,54	67,86
Contribuição da União para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	34.731.338,00	34.722.757,98	20.863.539,68	60,07
Assistência Médica e Odontológica aos Servidores e seus Dependentes	7.727.100,00	7.722.049,76	4.431.298,51	57,35
Pagamento de Pessoal Ativo da União	190.060.563,00	132.061.461,00	122.230.054,45	64,31
Auxílio-Alimentação aos Servidores	11.074.752,00	11.074.752,00	6.497.140,23	58,67
Pagamento de Aposentadorias e Pensões	75.134.000,00	52.572.135,44	51.458.122,22	68,49
Auxílio Transporte aos Servidores	46.524,00	46.524,00	28.879,84	62,08
Assistência Pré-escolar aos Dependentes dos Servidores	1.979.568,00	1.979.568,00	1.194.497,79	60,34
T O T A L	320.947.501,00	240.319.205,38	206.834.946,26	**64,45**

Observou-se que há proximidade e consistência da execução quando o percentual é visualizado na totalidade das ações (64,45%), superando em 6,12 pontos percentuais ao que se definiu como ideal (58,33%).

Em relação à ação "Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade", registrou-se execução de meta, até julho/2017 de 67,86%. Entretanto, é importante destacar que os valores pagos a título de auxílio-funeral variam em conformidade não apenas com o número de mortes ocorridas no ano, como também com o valor da remuneração do falecido, e ainda com a relação entre o requerente e o *de cujus*, já que, caso se trate de dependente, ser-lhe-á pago um mês de remuneração, e não o sendo, ser-lhe-ão somente reembolsadas as despesas efetivamente realizadas e comprovadas. Assim, é sabido que a execução acima do previsto é

decorrente da conjugação dos fatores referidos, aos quais contribui, ainda, o número de nascimentos ocorrido.

Conforme demonstrado no quadro acima, dos R$320.947.501,00 disponibilizados, R$190.060.563,00 (59,22%) foram consignados à Ação "Pagamento de Pessoal Ativo da União", R$75.134.000,00 (23,41%) à Ação "Pagamento de Aposentadorias e Pensões – Servidores Civis", R$34.731.338,00 (10,82%) à Ação "Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais", o que equivale a 93,45% do orçamento autorizado.

As ações "Pagamento de Pessoal Ativo da União" e "Pagamento de Aposentadorias e Pensões" também estão com execução acima do percentual esperado no período sob exame. Contudo, comparando os valores consignados na LOA com os do exercício anterior, vislumbra-se que a redução da dotação orçamentária neste exercício de 5,73% (R$201.612.524,00, em 2016, e R$190.060.563,00, em 2017) e de 5,86% (R$79.810.000,00, em 2016, e R$75.134.000,00, em 2017), respectivamente, contribuiu para esse resultado. Ademais, houve incorporação de uma parcela remuneratória, em junho/2017, referente ao plano de cargos do Poder Judiciário.

Por último, os quadros a seguir refletem as provisões e os destaques recebidos no período:

a) Provisões

Quadro 10: Despesa realizada - Provisões

Descrição do Programa/Ação	Dotação Autorizada (a)	Empenhado (b)	Liquidado (c)	% (c/a)
Manutenção Sistema Nacional de Tecnologia da Informação	1.394.122,99	790.077,30	475.191,05	34,09
Aprec. Causas JT – Programa Trabalho Seguro	20.000,00	0,00	0,00	0,00
Aprec. Causas JT – Combate ao Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem	10.000,00	0,00	0,00	0,00
Modernização de Instalações Físicas na JT	1.070.687,06	1.070.687,06	0,00	0,00
Desenvolvimento e Implantação Sistema Nacional de TI	367.406,95	367.406,95	139.328,15	37,92
Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado de Pequeno Valor	831.200,00	154.168,14	146.222,34	17,59

Percebe-se da análise do quadro retro que as provisões recebidas apresentaram baixo percentual de liquidação, sinalizando eventuais dificuldades na execução orçamentária que precisam ser melhor esclarecidas pela administração.

b) Destaques

Quadro 11: Despesa realizada - Destaques

Descrição do Programa/Ação	Dotação Autorizada (a)	Empenhado (b)	Liquidado (c)	% (c/a)
Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios DNOCS)/CE	4.205.692,00	0,00	0,00	0,00
Sentenças Judiciais Transitadas em	67.751,00	0,00	0,00	0,00

Julgado (Precatórios INSS/CE)				
Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) – Nacional/ Encargos Financeiros da União	339.728,00	0,00	0,00	0,00
T O T A L	4.613.171,00	0,00	0,00	0,00

Conforme quadro acima, constata-se que, até julho de 2017, não houve realização de quaisquer despesas relacionadas ao cumprimento de sentenças judiciais, sendo necessária apresentação de manifestação por parte da administração.

No quadro abaixo apresentamos as metas físicas programadas e executadas de acordo com os dados inseridos no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento do Governo Federal (SIOP), no **período de janeiro a junho** do corrente ano.

Quadro 11: Metas físicas programadas x executadas

Programa/Ação Orçamentária		Unidade de Medida	Meta LOA	Execução da Meta	
Código	**Descrição**			**Meta Realizada**	**% de Realização**
4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho (PO1)	Processo Julgado	68.577	37.804	55,13
	Capacitação de Recursos Humanos da Justiça do Trabalho (PO2)	Servidor Capacitado	570	387	67,89
	Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (PO5)	Magistrado Capacitado	82	62	75,61
4224	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes	Pessoa assistida	1.725	1.496	86,72
2004	Assist. Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes	Pessoa Beneficiada	2.995	3.031	101,20
2010	Assistência Pré-escolar aos Dependentes dos Servidores, Empregados e Militares	Pessoa Beneficiada	236	246	104,24
2011	Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados	Pessoa Beneficiada	21	20	95,24
2012	Auxílio Alimentação aos Servidores e Empregados	Pessoa Beneficiada	1.044	1.057	101,25
2549	Comunicação e Divulgação Institucional	Matéria Veiculada	1.700	538	31,65
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio Moradia	Agente Público Beneficiado	75	76	101,33

Observa-se que, até junho/017, das dez ações com metas físicas programadas, quatro alcançaram percentuais superiores a cem por cento, destacando-se a "Assistência Pré-escolar aos Dependentes dos Servidores, Empregados e Militares", com execução de 104,24%. As ações "Assistência Jurídica a Pessoas Carentes" e "Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados" também apresentaram índice elevado de execução da meta física de 86,72% e 95,24%, respectivamente. Por outro lado, a meta física realizada para a ação "Comunicação e Divulgação Institucional", até junho/2017, foi de apenas 31,65%. Cumpre frisar que, em 2016,

esta ação apresentou percentual insatisfatório de execução física (62,41%). Isso posto, carece de manifestação das unidades administrativas responsáveis pelo gerenciamento das ações.

Justificativa da unidade auditada:

O Diretor-Geral encaminhou resposta vazada nos seguintes termos:

"Considerando o destaque apontado para o plano orçamentário "Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados" e para o programa "Comunicação e Divulgação Institucional" que apresentaram execuções inferiores à prevista solicitamos manifestação das unidades responsáveis pelo gerenciamento do respectivo plano/programa que informaram o seguinte:

1) Divisão Executiva da Escola Judicial

"1. Algumas alterações no cronograma de cursos da EJUD7 ensejaram a referida desproporcionalidade. Um evento bastante significativo, inclusive do ponto de vista orçamentário, o Seminário de Direito Material e Processual do Trabalho do Cariri, ocorrido nos dias 17 e 18 de agosto de 2017, iria ocorrer no primeiro semestre, contudo o Conselho Consultivo deliberou por realizá-lo no 2º semestre em razão confirmação da agenda do Ministro Douglas Alencar Rodrigues, um dos palestrantes;
2. A maioria dos eventos de capacitação realizados no primeiro semestre de 2017 se efetivou por instrutoria interna, garantindo custo mais baixo nas contratações;
3. Alguns palestrantes no Seminário "Precatórios e RPV: Regramento da EC 94/2016", realizado nos dias 18 e 19 de maio do corrente ano, atuaram de maneira gratuita, sem qualquer ônus para a administração, como o Dr.Luís Rogério Damasceno, Procurador Federal e o Dr. Francisco Eduardo Batista Fontenele, Juiz de Direito. Também no mesmo evento, o Des. Luís Paulo A. Ribeiro atuou apenas na condição de colaborador (§ 1º do art. 17 do Ato TRT7 339/13), sem recebimento de honorários pela atuação como instrutor.
4. Também no Ciclo de Palestra sobre Saúde o Padre Domingos Cunha atuou sem recebimento de honorários por sua apresentação, dentre outros casos.
Dessa feita, em razão do exposto, a execução do plano orçamentário Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados ocorreu de maneira desproporcional se avaliado o critério execução 07/12 (janeiro a julho de 2017).
Ressaltamos, finalmente, que o saldo existe será inteiramente executado até o final do exercício, restando vários eventos a se concretizarem, mormente a Semana de Formação Continuada, prevista para ocorrer nos dia 29 e 30/11 e 01/12/17, com carga horária de 24 horas-aula, que prevê a contratação de vários instrutores de renome nacional, dada a relevância do evento."

2) Divisão de Comunicação Social

"...a execução orçamentário (sic) *não foi cumprida no referido prazo em razão de os processos de maiores montas não terem sido liberados pelo Comitê Orçamentário do 2º Grau em tempo hábil. Foi o caso, por exemplo, da proposta para contratação de empresa especializada em produção de vídeo para gravação do programa Justiça do Trabalho. O andamento da*

contratação só foi aprovado no mês de julho pelo Comitê. Esse processo, ressalte-se, apresentado no início do ano, seria responsável, por si só, pela execução de 60% da dotação orçamentária da Comunicação.
Outro processo, que contribuiria sobremaneira para a dita execução orçamentária seria o da Rádio Difusão. Esse processo, também apresentado no início do primeiro semestre deste ano, aguarda parecer do Comitê Orçamentário do 2º Grau até a presente data.
Essas, portanto, as justificativas que temos para apresenta (sic). *Ressalte-se, que o saldo remanescente será inteiramente executado até o final do exercício."*

Quanto ao baixo percentual de liquidação apontado para os quadros de provisões e destaques informamos que, consultando o relatório do SIGEO (doc. 17), referente à execução orçamentária até setembro 2017, verificou-se que as dotações referentes à Manutenção do Sistema Nacional de TI, Desenvolvimento e Implantação do Sistema PJe – Nacional, Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado de Pequeno Valor e Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (PTRES127616) encontram-se com percentual de liquidação entre 62,87% e 100%.

A Divisão de Orçamento e Finanças informou ainda que os recursos financeiros descentralizados pelo CSJT para pagamento de sentenças judiciais (precatórios) ocorreram em 28/07/2017. Esclareceu, ainda, que parte dos pagamentos já foram providenciados com previsão para pagamento do restante até final deste mês (doc. 16).

Quanto às dotações para Modernização de Instalações Físicas da JT, Programa Trabalho Seguro e Combate ao Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem, informamos que o CSJT autorizou a descentralização dos recursos somente em 24 de maio de 2017 (Ofício Circular CSJT.GP.SG.CFIN Nº 4/2017), em 26 de junho de 2017 (Ofício Circular CSJT.GP.SG.CFIN Nº 9/2017 – Proad 3199/2017) e em 06 de julho de 2017 (Ofício Circular CSJT.GP.SG.CFIN Nº 10/2017 – Proad 3458/2017), respectivamente, comprometendo o percentual de liquidação baseado na proporcionalidade de 7/12 (critério estabelecido pela Secretaria de Controle Interno). Ademais, diferente dos recursos destinados ao pagamento de pessoal, a execução orçamentária quando envolve contratação de empresa para fornecer um produto ou prestar um serviços requer uma série de providências prévias que demandam tempo, tais como, elaboração de termo de referência, seleção do fornecedor, impugnações,repetição de certame, prazo de execução do contrato, dentre outros, que contribuem para que a execução da despesa não ocorra de forma tão linear como desejada".

O Coordenador da Comissão de Apoio Técnico e Operacional da Gestão Regional do Programa de Combate ao Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem asseverou, no Proad nº 3458/2017, que:

".. somente houve o repasse financeiro para o Programa de Combate ao Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem em 26/07/2017, daí que a sua execução orçamentária se fará ao longo deste semestre.

Frisamos que para a efetividade de nossas ações há demanda de material

informativo/educativo que será adquirido tão logo seja concluído o procedimento licitatório referente à aquisição de material institucional (Processo nº 298/2017).
Salientamos, ainda, que o numerário que foi destinado à gestão regional será utilizado em evento(s) a ser(em) realizado(s), tais como Congressos, Seminários, etc, e que são afetos ao objeto do Programa referenciado.
Ressaltamos, finalmente, que o saldo existente será inteiramente executado até o final do exercício."

Análise da equipe:

Considerando as justificativas oferecidas pelos gestores responsáveis pelas ações orçamentárias que apresentaram atraso na execução orçamentária no período determinado na auditoria (janeiro a julho/17) e com base nas informações coletadas por esta Seção no Tesouro Gerencial, atualizadas até 3 de novembro de 2017 (tabela 3, em anexo), percebeu-se o incremento dos índices de realização da despesa, sobretudo a empenhada, que atingiu percentual satisfatório de execução (96,8%), compatível com o período analisado, à exceção do programa "Combate ao Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem", que apresentou uma execução de 26,9%, percentual aquém do estimado, conforme tabela 1.

Considerando a despesa liquidada, observou-se que os programas abaixo discriminados estão com baixo percentual de execução, até 3/11/2017, restando sem qualquer liquidação a dotação autorizada relativa ao Programa "Combate ao Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem".

Tabela 1

Descrição do Programa/Ação	Dotação Autorizada (a)	Empenhado (b)	Liquidado (c)	% (b/a)	% (c/a)
Manutenção do Sistema Nacional de Tecnologia da Informação	3.870.805,51	3.759.331,73	986.133,15	97,1	25,5
Comunicação e Divulgação Institucional	342.611,00	254.010,71	66.479,33	74,1	19,4
Modernização de Instalações Físicas da JT	1.248.910,53	1.248.910,53	671.743,30	100	53,8
Aprec. Causas JT – Combate ao Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem	10.000,00	2.691,00	0,00	26,9	0,0
Aprec. Causas JT – Programa Trabalho Seguro	20.000,00	16.867,46	4.403,45	84,3	22,0
Aprec. Causas JT – Despesas Diversas	29.284.944,00	22.376.461,49	14.689.317,72	76,4	50,2

Fonte: Tesouro Gerencial (Atualizado em 3/11/2017)

Impende registrar que o percentual de liquidação do programa "Manutenção do Sistema Nacional de Tecnologia da Informação" sofreu forte redução justificada pelo recebimento de provisão no valor de R$2.492.311,08, em 19/10/17 (2017NC000476), consoante Processo TST.504210/2017-7 (descentralização de recursos para custear a aquisição de microcomputadores e periféricos), merecendo atenção dos gestores para elevar o percentual de liquidação, em sintonia com o volume de recursos empenhados, durante o exercício de competência, com a conseqüente redução no volume de recursos inscritos em restos a pagar.

No que tange aos Programas "Comunicação e Divulgação Institucional" e "Combate ao

Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem", cumpre consignar que os Gestores dos referidos programas comprometeram-se a executar integralmente o orçamento disponibilizado até o final do exercício, o que será oportunamente monitorado.

Quanto às dotações para "Modernização de Instalações Físicas da JT" e "Programa Trabalho Seguro", a Divisão de Orçamento e Finanças (DOF) aduziu que o CSJT autorizou a descentralização dos recursos somente em 24 de maio de 2017 (Ofício Circular CSJT.GP.SG.CFIN Nº 4/2017), em 26 de junho de 2017 (Ofício Circular CSJT.GP.SG.CFIN Nº 9/2017 – Proad 3199/2017), respectivamente, comprometendo o percentual de liquidação e que, diferente dos recursos destinados ao pagamento de pessoal, a execução orçamentária quando envolve contratação de empresa para fornecer um produto ou prestar um serviços requer uma série de providências prévias que demandam tempo, que contribuem para que a execução da despesa não ocorra de forma tão linear como desejada.

Em que pesem os argumentos esposados pela DOF, repisa-se que a administração deve realizar os ajustes necessários para elevar o percentual de liquidação da despesa pública durante o exercício de referência, evitando ou reduzindo a inscrição de recursos em restos a pagar.

No que se refere aos programas de trabalho com execução orçamentária adiantada, elencados neste relatório, verificou-se que os percentuais da despesa liquidada se acomodaram com o incremento de créditos suplementares recebidos, encontrando-se compatível com os percentuais da despesa acumulada de janeiro a 3/novembro/2017, conforme demonstrativo abaixo, destacando-se o programa "Assistência Jurídica a Pessoas Carentes" que superou o percentual IEOD (Índice de Execução do Orçamento Disponibilizado)[2] 2017, ressaltando que os demais programas não estão inseridos, por definição, nesse índice.

Tabela 2

Descrição do Programa/Ação	Dotação Autorizada (a)	Empenhado (b)	Liquidado (c)	% (b/a)	% (c/a)
Assistência Jurídica a Pessoas Carentes	1.621.408,00	1.543.854,12	1.543.854,12	95,2	95,2
Pagamento de Pessoal Ativo da União	202.252.707,00	201.645.543,47	170.776.188,40	99,7	84,4
Pagamento de Aposentadorias e Pensões	86.658.646,00	86.512.732,18	73.077.203,74	99,8	84,3

Fonte: Tesouro Gerencial (Atualizado em 3/11/2017)

[2]A meta para o IEOD, consoante disposto na publicação do PEI 2015 – 2020, é de finalizar a execução, em 2017, com 68,99%. Para essa meta, a execução ótima, no período de janeiro a outubro, corresponderia a 57,49% (=68,99*10/12).

III. CONCLUSÃO

Concluídos os trabalhos de auditoria, na extensão definida no escopo, os achados inseridos na folha de constatação e levados ao conhecimento da unidade auditada foram devidamente respondidos com justificativas objetivas para os desvios pontuais relatados, sem olvidar a necessidade de corrigi-los, não restando dúvidas de que, no geral, a execução orçamentária está sendo realizada satisfatoriamente, recomendando-se que a administração envide esforços para elevar o percentual de liquidação da despesa pública, em sintonia com o volume de recursos empenhados, durante o exercício de competência, com a conseqüente redução no volume de recursos inscritos em restos a pagar.

Verificou-se, ainda, na análise realizada, o atendimento à legislação pertinente, sobretudo no que concerne à conformidade da destinação dos créditos orçamentários em confronto com a origem desses recursos fixada na LOA e nos atos autorizativos de créditos suplementares.

Responsáveis pela Elaboração:	
Milton Murta Maia Neto Analista Judiciário – Área Administrativa	**Maura Cristina Brasil Correia Marinho** Coordenadora de Serviço da SCGOF
Data: 3/11/2017	

Responsável pela Coordenação:	**Aprovação:**
Maura Cristina Brasil Correia Marinho Coordenadora de Serviço da SCGOF	**Ricardo Domingues da Silva** Secretário de Controle Interno
Data: 3/11/2017	**Data: 3/11/2017**

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
Secretaria de Controle Interno
Execução Orçamentária - Posição: 3/11/17 - Fonte: Tesouro Gerencial

ITEM INFORMAÇÃO						1	2	3	(2/1)	(3/1)
	DOTACAO INICIAL	DOTACAO SUPLEMENTAR	DOTACAO CANC/REMAN	PROVISAO RECEBIDA	DESTAQUE RECEBIDO	DOTAÇÃO DISPONÍVEL	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	%DESP EMP.	%DESP LIQ.
Sent. Judic. Precatórios - DNOCS	0,00	0,00	0,00	0,00	4.205.692,00	**4.205.692,00**	4.198.517,45	271.238,69	99,8%	6,4%
Sent. Judic. Precatórios - INSS	0,00	0,00	0,00	0,00	67.751,00	**67.751,00**	67.751,00	67.751,00	100,0%	100,0%
Sent. Judic. Precatórios – Enc. Financ.	0,00	0,00	0,00	0,00	339.728,00	**339.728,00**	339.728,00	339.728,00	100,0%	100,0%
Benef. Assist. Decorrentes do Auxílio-Funeral	193.656,00	0,00	0,00	0,00	0,00	**193.656,00**	173.633,18	169.048,33	89,7%	87,3%
Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis	75.134.000,00	11.524.646,00	0,00	0,00	0,00	**86.658.646,00**	86.512.732,18	73.077.203,74	99,8%	84,3%
Sent. Judic. Transitadas em Julgado de Pequeno Valor	0,00	0,00	0,00	1.266.800,00	0,00	**1.266.800,00**	820.820,21	820.820,21	64,8%	64,8%
Contrib. da União, de suas Autarquias e Fundações Para o Custeio do RPPS	34.731.338,00	4.186.780,00	0,00	0,00	0,00	**38.918.118,00**	34.722.757,98	29.882.669,78	89,2%	76,8%
Desenvolvimento e Implantação do Sistema PJE na Justiça do Trabalho	0,00	0,00	0,00	367.406,95	0,00	**367.406,95**	367.406,95	260.904,16	100,0%	71,0%
Modernização de Instalações Físicas da JT	0,00	0,00	0,00	1.248.910,53	0,00	**1.248.910,53**	1.248.910,53	671.743,30	100,0%	53,8%
Assistência Médica e Odontológica	7.727.100,00	105.378,00	0,00	0,00	0,00	**7.832.478,00**	7.832.478,00	6.375.146,49	100,0%	81,4%
Assistência Pré-Escolar	1.979.568,00	92.175,00	0,00	0,00	0,00	**2.071.743,00**	2.071.743,00	1.705.620,79	100,0%	82,3%
Auxílio-Transporte aos Servidores Civis	46.524,00	8.329,00	0,00	0,00	0,00	**54.853,00**	54.853,00	41.938,16	100,0%	76,5%
Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis	11.074.752,00	85.488,00	0,00	0,00	0,00	**11.160.240,00**	11.160.240,00	9.253.262,52	100,0%	82,9%
Pessoal Ativo da União	190.060.563,00	12.192.144,00	0,00	0,00	0,00	**202.252.707,00**	201.645.543,47	170.776.188,40	99,7%	84,4%
Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia	3.856.775,00	135.715,00	0,00	0,00	0,00	**3.992.490,00**	3.992.489,76	3.327.074,80	100,0%	83,3%
Comunicação e Divulgação Institucional	342.611,00	0,00	0,00	0,00	0,00	**342.611,00**	254.010,71	66.479,33	74,1%	19,4%
Manutenção do Sistema Nacional de TI	0,00	0,00	0,00	3.870.805,51	0,00	**3.870.805,51**	3.759.331,73	986.133,15	97,1%	25,5%
Assistência Jurídica a Pessoas Carentes	1.200.000,00	421.408,00	0,00	0,00	0,00	**1.621.408,00**	1.543.854,15	1.543.854,15	95,2%	95,2%
Aprec. Causas na JT - Trabalho Seguro	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	**20.000,00**	16.867,46	4.403,45	84,3%	22,0%
Aprec. Causas na JT - Combate ao Trabalho Infantil e de Estímulo a Aprendizagem	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	**10.000,00**	2.691,00	0,00	26,9%	0,0%
Aprec. Causas na JT - Despesas Diversas	29.454.944,00	675.000,00	(845.000,00)	0,00	0,00	**29.284.944,00**	22.376.461,49	14.689.317,72	76,4%	50,2%
Aprec. Causas na JT – Capacitação de Recursos Humanos	734.165,00	0,00	170.000,00	0,00	0,00	**904.165,00**	870.458,87	615.374,71	96,3%	68,1%
Aprec. Causas na JT - Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados	489.443,00	0,00	0,00	0,00	0,00	**489.443,00**	375.980,13	306.746,90	76,8%	62,7%
TOTAL	**357.025.439,00**	**29.427.063,00**	**(675.000,00)**	**6.783.922,99**	**4.613.171,00**	**397.174.595,99**	**384.409.260,25**	**315.252.647,78**	**96,8%**	**79,4%**

Consulta: ExecuçãoOrçamentáriaTRT7 PTRES